



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

São Luís/MA. Disponibilização: 29/09/2020. Publicação: 30/09/2020. Edição nº 181/2020.

Cumpra-se.

São Luís/MA, 25 de setembro de 2020.

* Assinado eletronicamente

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA

Promotor de Justiça / Assessor do Procurador-Geral de Justiça

Matrícula 595173

Documento assinado. Ilha de São Luís, 28/09/2020 12:49 (DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA)

* Conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade> informando os seguintes dados: Sigla do Documento PORTARIA-AEI, Número do Documento 562020 e Código de Validação 19447D8E82.

PORTARIA-AEI - 572020

Código de validação: 7E80ED47C8

PORTARIA Nº. 57/2020

O Promotor de Justiça Danilo José de Castro Ferreira, por delegação do Procurador-Geral de Justiça, nos termos da Portaria GAB/PGJ nº. 50542020, com fulcro no art. 3º, da Resolução nº. 181, de 07 de agosto de 2017, e art. 1º, da Resolução nº. 23, de 17 de setembro de 2007, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público, e no Ato Regulamentar Conjunto nº. 05/2014-GPGJ/CGMP,

RESOLVE

Converter, tendo em vista a necessidade de continuidade das investigações, com espeque no art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº. 181/2017, combinado com o art. 4º, §4º, do Ato Regulamentar Conjunto nº. 05/2014 – GPGJ/CGMP, o Inquérito Civil nº. 000365-265/2018 em Procedimento Investigatório Criminal- PIC, para apurar possível repasse a menor do duodécimo da Câmara de Vereadores do município de Araguaína/MA.

Em consequência disso, adotem-se as seguintes providências:

I. REGISTRE-SE em livro próprio e no SIMP;

I. AUTUE-SE a Portaria, encartando-a na face do presente procedimento e, por conseguinte, proceda à remessa de cópia da mesma à Coordenação de Documentação e Biblioteca desta Procuradoria-Geral de Justiça, para o fim de publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público deste Estado;

II. OBEDEÇA-SE, para a conclusão deste procedimento investigatório criminal, o prazo de 90 (noventa) dias, consoante estabelecido no art. 13, da Resolução CNMP nº. 181/2017, fazendo-me conclusos os autos após o cumprimento das diligências e antes do termo final do prazo fixado; e

III. JUNTE-SE aos presentes autos, a Portaria nº. 5054-GAB/PGJ, de 30/06/2020.

Cumpra-se.

São Luís/MA, 25 de setembro de 2020.

* Assinado eletronicamente

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA

Promotor de Justiça / Assessor do Procurador-Geral de Justiça

Matrícula 595173

Documento assinado. Ilha de São Luís, 28/09/2020 12:50 (DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA)

* Conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade> informando os seguintes dados: Sigla do Documento PORTARIA-AEI, Número do Documento 572020 e Código de Validação 7E80ED47C8.

Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2020

PROCESSO: 22290/2020. Na Cláusula Segunda do Contrato 22/2020 – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DO PRAZO DE GARANTIA DOS SERVIÇOS EXECUTADOS, cujo objeto é a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, em ares-condicionados, tipo Split, em Promotorias da Capital e Região Metropolitana de São Luís, no Centro Cultural e Administrativo e no Almoxarifado Central da PGJ, onde se lê: “A vigência deste Contrato será de 12 (doze)

8



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 29/09/2020. Publicação: 30/09/2020. Edição nº 181/2020.

meses, com início em 10/09/2020 e término em 09/09/2021”, leia-se: “A vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, com início em 14/09/2020 e término em 13/09/2021”.

São Luís, 28 de setembro de 2020.

CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Promotorias de Justiça da Comarca da Capital

MEIO AMBIENTE

PORTARIA

O Promotor de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís, usando das atribuições que lhe confere o art. 129, II e III da Constituição da República e o art. 26, I da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Federal n.º 8.625/93), sem prejuízo das demais disposições legais pertinentes em especial a Resolução nº 023/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, considerando as informações publicadas pelo jornalista Ed Wilson Araújo sobre a instalação de mobiliários de publicidade com a empresa MC Comunicação SLZ, instaura sob sua presidência, inquérito civil para apurar a legalidade da concorrência realizada bem como a adequação dos equipamentos instalados com as regras de uso e ocupação do solo, inclusive referentes à segurança do trânsito no Município de São Luís.

Resolve, assim, promover diligências investigatórias visando a apuração dos fatos para posterior propositura de ação civil ou arquivamento na forma da lei.

Para auxiliá-lo na investigação nomeia secretária a funcionária Adriana Caroline Salles Assunção, que deverá tomar as providências de praxe. Registre-se em livro próprio e proceda-se em conformidade ao que preconiza o citado ato regulamentar.

São Luís, 21 de fevereiro de 2017,

LUÍS FERNANDO CABRAL BARRETO JÚNIOR,
Promotor de Justiça.

Promotorias de Justiça das Comarcas do Interior

CEDRAL

REC-PJCED - 302020

Código de validação: 99DEBCF91C

RECOMENDAÇÃO Nº 030/2020-PJCED

Procedimento Administrativo nº 01/2019

SIMP nº 000009-025/2020

Ementa: Acompanhar o trabalho desenvolvido pela Polícia Civil em Cedral – MA. Irregularidades Verificadas na Estrutura da Delegacia de Polícia Civil de Cedral. Inviabilidade de Adequado Funcionamento. Prejuízos à Segurança Pública Local.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, pelo Promotor de Justiça signatário, no exercício das atribuições constitucionais e legais, em especial a constante no artigo 129, incisos III, VI e IX, da Constituição Federal de 1988, artigo 98, inciso VI da Constituição do Estado do Maranhão, artigo 26, inciso I, e alíneas, da Lei Federal n.º 8.625/93, artigo 7.º, inciso I, da Lei Complementar Federal n.º 75/93, bem como a Lei Complementar nº 12/1993 e artigos 2º, incisos IV e V e 4º, inciso IX, todos da Resolução nº 20/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público o exercício do controle externo da atividade policial, nos moldes da Resolução nº 20/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), bem como da Resolução CPMP nº 11/2010 que regulamenta o controle externo da atividade policial no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, consistente em manter a regularidade, a adequação e a eficiência dos procedimentos empregados na execução da atividade policial judiciária, bem como a integração das funções do Ministério Público e das Polícias, com o fito de promover uma persecução penal justa, voltada especialmente à defesa do interesse público;

CONSIDERANDO que estão sujeitos ao controle externo do Ministério Público, na forma do art. 129, inciso VII, da Constituição Federal, da legislação em vigor e da Resolução nº 20/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), os organismos policiais relacionados no art. 144 da Constituição Federal, bem como as polícias legislativas ou qualquer outro órgão ou instituição, civil ou militar, à qual seja atribuída parcela de poder de polícia, relacionada com a segurança pública e persecução criminal.